

SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS

PLS nº 204/2016

OBJETIVO

Cessão, a título oneroso, dos direitos creditórios oriundos de créditos tributários e não-tributários, inscritos ou não em dívida ativa, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais.

PREMISSAS PARA CESSÃO

Cessão do fluxo do direito creditório

Compreende apenas o direito autônomo do recebimento do fluxo financeiro de pagamento do crédito parcelado.

NÃO extingue a obrigação tributária e tampouco modifica a natureza do crédito que o originou, o qual mantém suas garantias e privilégios;

- **NÃO altera a titularidade do crédito tributário que continua sendo do Ente Federado;**

NÃO altera as condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento;

- Refere-se a fatos geradores passados, portanto não se enquadra na categoria de antecipação de receita orçamentária;**

NÃO transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial que continua sendo da Procuradoria Geral do Ente Federado;

- **NÃO inclui a os recursos destinados aos municípios;**

NÃO prejudica as vinculações constitucionais e legais (educação, saúde, dívida etc);

- **NÃO afeta a preservação do sigilo fiscal do contribuinte.**

BASE LEGAL E NORMATIVA

1) Lei de Responsabilidade Fiscal

- NÃO caracteriza operação de crédito, nos termos dos arts. 29, III e 37 da LRF;

- O Ente Federado não está assumindo dívidas e sim dispondo de seus haveres;
- O Ente Federado não está concedendo qualquer garantia de performance dos créditos cedidos.

BASE LEGAL E NORMATIVA

- ✓ A cessão do fluxo de recebimento dos direitos creditórios consistirá na venda definitiva, sem coobrigação, garantia ou direito de regresso contra o Ente Federado.
- ✓ Os direitos creditórios são decorrentes de fatos geradores passados, razão pela qual fica afastada a caracterização da operação como uma antecipação de receita orçamentária.

BASE LEGAL E NORMATIVA

2) Convênio ICMS nº 104/02, de 29/08/02 – Autoriza os Estados e o Distrito Federal a ceder a título oneroso os direitos de recebimento do produto do adimplemento de parcelamentos;

BASE LEGAL E NORMATIVA

3) Ofício Circular STN nº 14, de 20/02/03 – não apontou qualquer óbice quanto à possibilidade de cessão dos direitos creditórios;

BASE LEGAL E NORMATIVA

4) Parecer PGFN/CAF/nº 1579/2014 –

“a) as operações de cessão definitiva de direitos creditórios ou do fluxo financeiro decorrente de tais direitos, quando não implicar, direta ou indiretamente, qualquer compromisso de garantir o recebimento do valor do crédito cedido, em caso de inadimplemento por parte do devedor, não constitui operação de crédito, no sentido da LRF.”

BASE LEGAL E NORMATIVA

5) Resolução do Senado Federal nº 43/2001 alterada pela nº 17/2015 - estabelece que a cessão do fluxo de recebimento de direitos creditórios não caracteriza operação de crédito.

BASE LEGAL E NORMATIVA

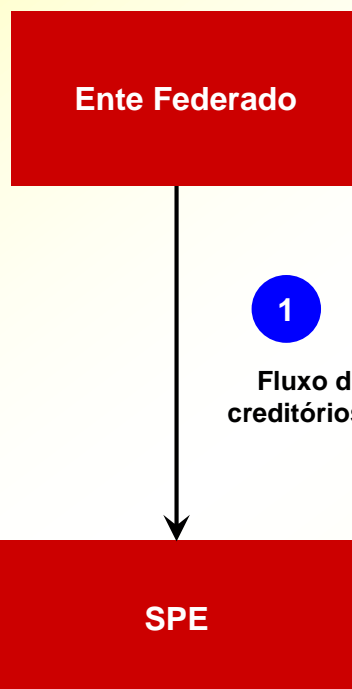
6) Parecer CAE nº 463, de 26 de abril de 2016

“Em princípio, sob determinadas condições, a cessão do fluxo de receitas decorrente de direitos creditórios associados à dívida ativa corresponde a uma venda de ativos, e não a uma operação de crédito. Entendemos que a transferência ou não da titularidade do direito é pouco relevante para a compreensão da natureza da operação. O relevante é verificar se a operação gera ou não passivos para os futuros governantes.”

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

EXEMPLO

- Fluxo financeiro do Programa de Parcelamento = **R\$ 1 bilhão**
- Valor estimado da Operação a ser colocada no mercado: **R\$ 300 milhões.**
- Estimativa de Prazo: 60 meses.
- Estimativa de Remuneração: a definir (p.e. CDI + 2%aa).
- Amortização mensal.

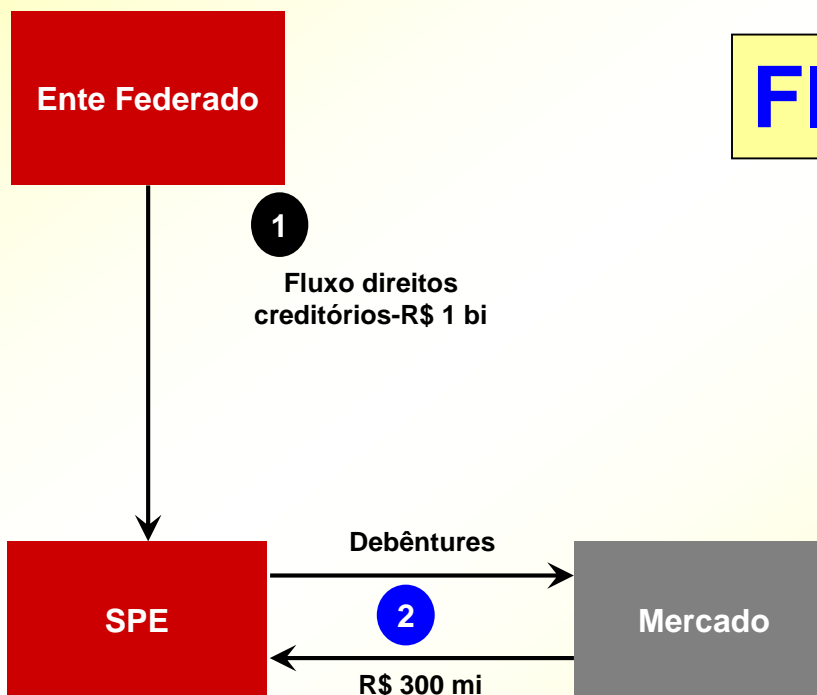


1

Fluxo direitos
creditórios-R\$ 1 bi

Fluxo inicial

1 - O Ente Federado aliena, a título oneroso, o fluxo de recebíveis para a SPE.

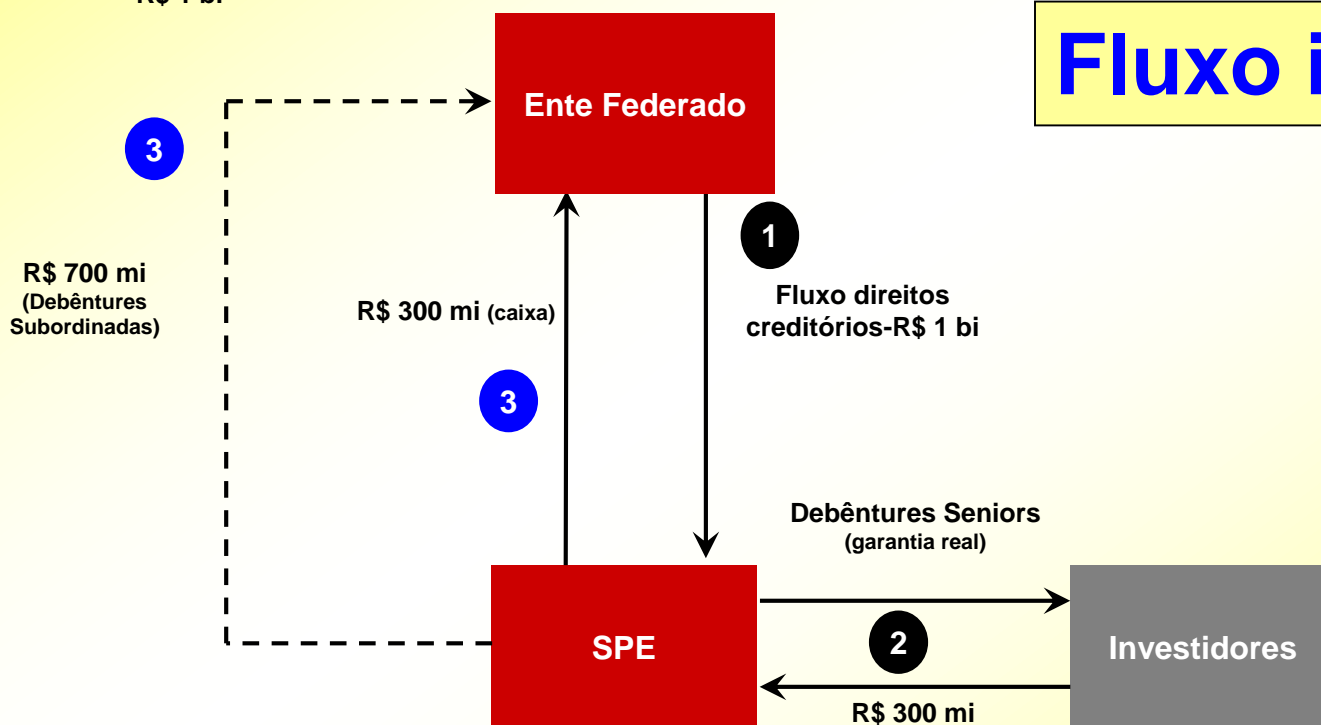


Fluxo inicial

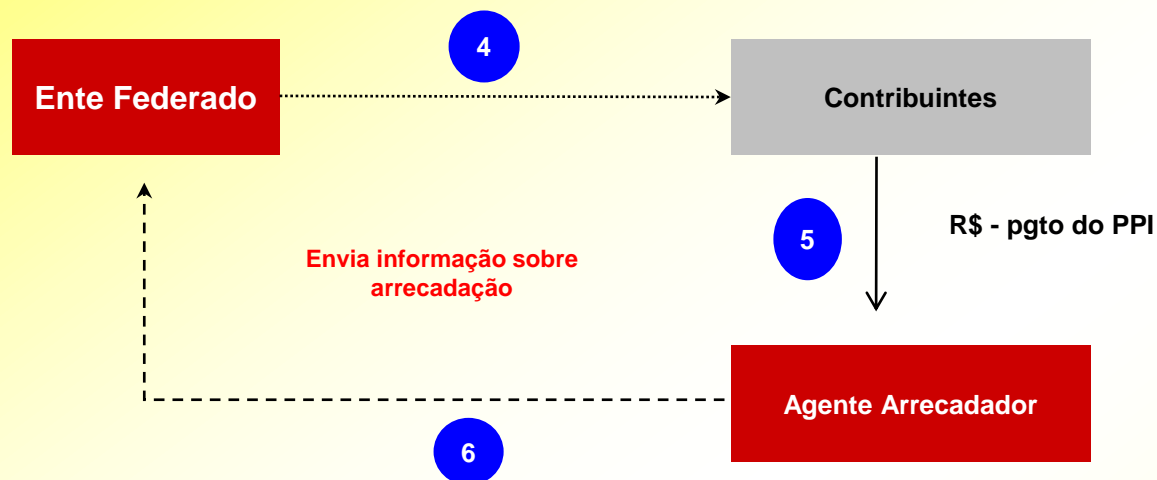
2 - A SPE emite debêntures no mercado de capitais lastreadas no fluxo de recebíveis e assim capta recursos.

Debêntures Subordinadas

R\$ 1 bi

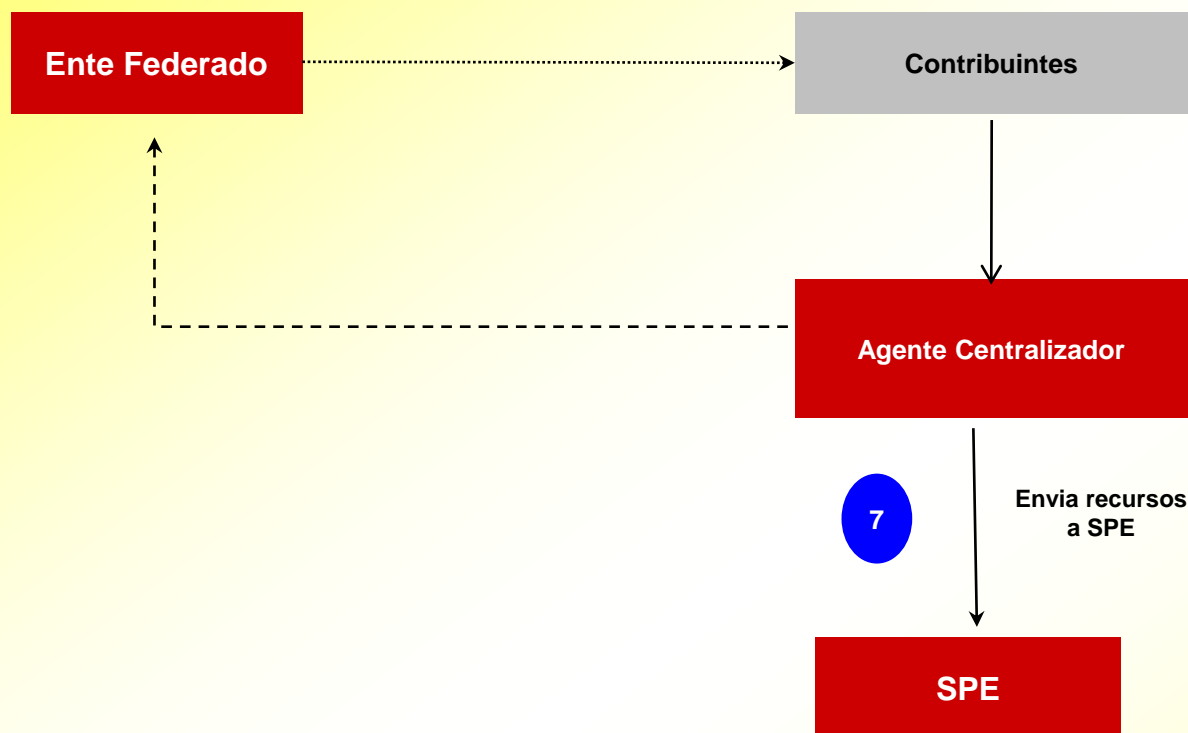


3 – O Ente Federado receberá como forma de pagamento pelo fluxo de recebíveis uma parte em dinheiro e outra em debêntures subordinadas.



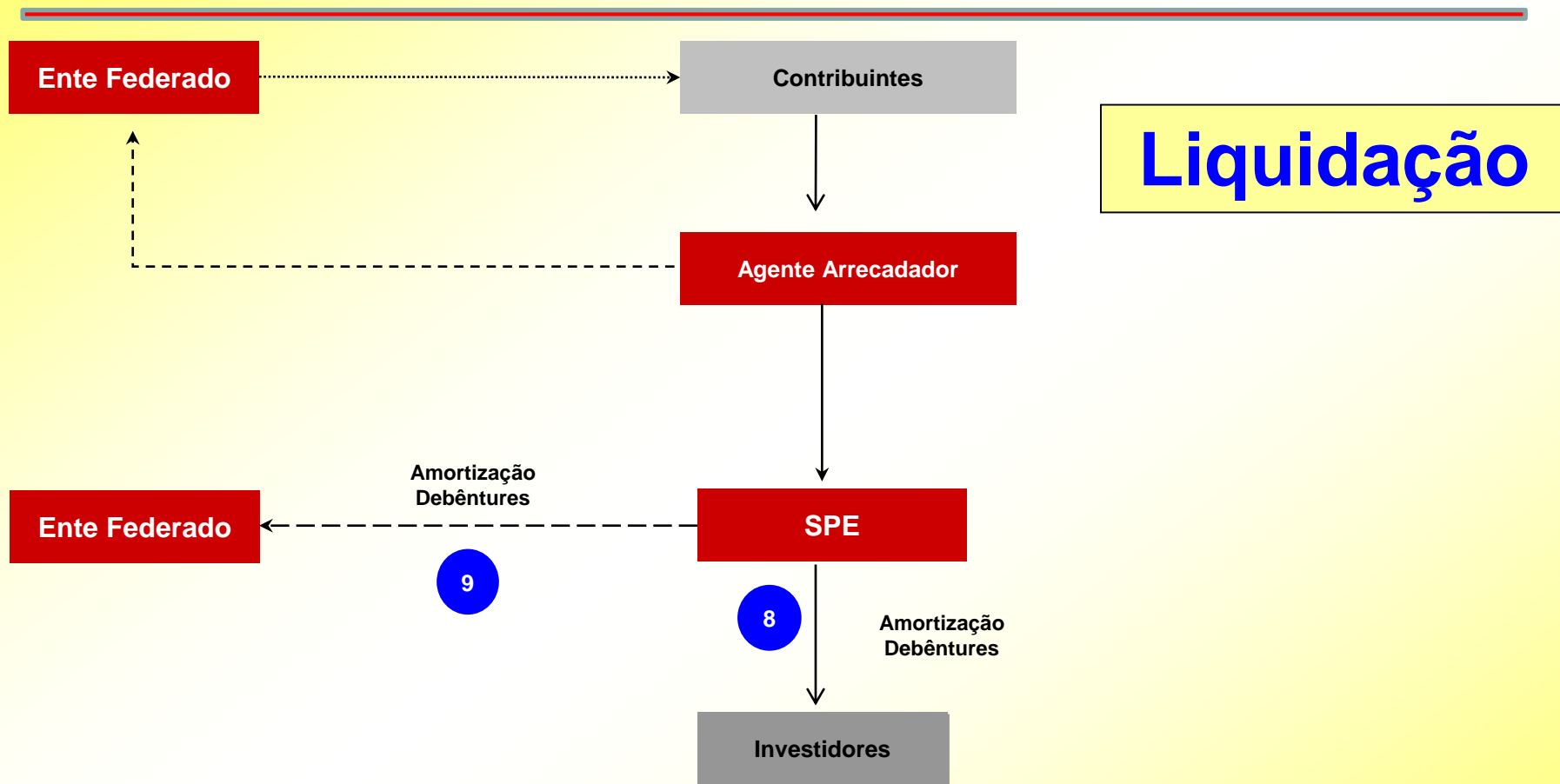
Liquidação

4, 5 e 6 - O fluxo de pagamento das parcelas do Parcelamento permanece o mesmo para os contribuintes, sendo que o Ente Federado continua com toda a responsabilidade sobre o controle deste fluxo.



Liquidação

7 - O agente centralizador da arrecadação após informar ao Ente Federado transfere os recursos para a SPE.



8 e 9 – A SPE efetua o pagamento das debêntures emitidas no mercado e das debêntures subordinadas pertencentes ao Ente Federado.

IMPORTANTE

Os recursos obtidos com alienação de recebíveis são classificados como Receita de Capital e somente poderão ser aplicados em Despesas de Capital, na forma definida na Lei Orçamentária de cada ente federado.

**ENTES FEDERADOS QUE JÁ
FIZERAM OU ESTÃO EM FASE DE
ESTRUTURA DE OPERAÇÕES DE
SECURITIZAÇÃO DOS DIREITOS
CREDITÓRIOS**

PRECEDENTES/PARADIGMAS

Histórico de emissões de Debêntures Estado do Rio Grande do Sul

EMIÇÃO	DATA	VALOR R\$ MM	ESPÉCIE
1ª	Jan/1996	150	Subordinada (convertíveis em Ações da CRT)
2ª	Abril/1996	100	Garantia Real (Ações da CEEE e Banrisul)
3ª	Set/1996	40	Subordinada
4ª	Dez/1996	250	Subordinada (convertíveis em Ações da CEEE)
5ª	Abril/1997	23,5	Subordinada (convertíveis em Ações da CRT)
6ª	Mar/1999	190	Subordinada (convertíveis em Ações da CORSAN)
7ª	Jul/2003	60	Subordinada
8ª	Jan/2005	120	Real
9ª	Dez/2005	30	Subordinada
10ª	Jul/2006	50	Subordinada
11ª	Jul/2007	130	Subordinada

Emissora: Cadip – Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual

PRECEDENTES/PARADIGMAS

Histórico de emissões de Debêntures Estado de Minas Gerais

EMIÇÃO	DATA	VALOR R\$ MM	ESPÉCIE
1ª	Julho de 1996	**	Conversíveis em ações da Cemig
2ª	Julho de 2012	1.819	Subordinada
3ª	Setembro de 2012	316	Garantia Real (Direitos Creditórios)
4ª	Maio de 2014	700	Garantia Real (Ações da Cemig)

Emissora: MGI Participações

** Para cada lote de 1.000 ações de emissão da Cemig que a MGI detinha, foi emitida uma debênture.

As debêntures emitidas foram adquiridas integralmente pelo BNDESPAR.

PRECEDENTES/PARADIGMAS

Histórico de emissões de Debêntures Estado de São Paulo

EMIÇÃO	DATA	VALOR R\$ MM	ESPÉCIE
1ª	Abril de 2012	600	Garantia Real (Direitos Creditórios)
2ª	Dezembro de 2014	800	Garantia Real (Direitos Creditórios)
3ª	Julho de 2015	740	Garantia Real (Direitos Creditórios)

Emissora: Companhia Paulista de Securitização

PRECEDENTES/PARADIGMAS

Histórico de emissões de Debêntures **Prefeitura de Belo Horizonte**

EMIÇÃO	DATA	VALOR R\$ MM	ESPÉCIE
1ª	Abril de 2014	1.000	Subordinada
2ª	Abril de 2014	230	Garantia Real (Direitos Creditórios)

Emissora: PBH Ativos

- FIM -